

## 7

## Atacando o problema das armas pequenas: medidas e iniciativas multilaterais

Desde 1997, podemos observar que houve uma aceleração no processo de responder multilateralmente ao problema da proliferação de armas nos níveis global, regional e sub-regional. Duas das iniciativas regionais mais significativas são os instrumentos das armas pequenas da OEA (OAS firearms instruments) e a Moratória da África Ocidental (West African Moratorium).

A Organização dos Estados Americanos (OEA) desenvolveu dois instrumentos para combater o comércio ilícito de armas de fogo. A Convenção Inter-Americana, adotada em Washington em 1997, delimitou medidas legais e operacionais destinadas a “prevenir, combater, e erradicar” o comércio ilegal. Em seguida, a OEA adotou o Modelo de Regulamentos em 1998, que harmonizou os procedimentos que controlam o movimento de armas de fogo e munições entre os Estados-membros da OEA. A partir de outubro de 2000, dez dos 34 membros da OEA ratificaram a Convenção, enquanto seis membros adotaram o Modelo de Regulamentos. A América Central, que é seriamente afetada pelo problema da proliferação das armas pequenas, oferece talvez o teste mais claro para os instrumentos da OEA.

Na África Ocidental, a idéia de moratória de armas pequenas nasceu das iniciativas de resolução de conflito em Mali, na década de 90. Essa idéia culminou na Declaração da Moratória sobre Importação, Exportação e Fabricação de Armas Leves na África Ocidental, abarcando não só as transferências ilícitas, mas também banindo atividades anteriormente legais. A Declaração foi endossada em 1998, mas o progresso da implementação foi modesto. Enquanto muitos estados solicitaram isenções para transações específicas de armas de acordo com o sistema da Moratória, a evidência das violações está crescendo, notavelmente em relação aos conflitos de Serra Leoa.

Outras regiões estão se lançando à atividade multilateral sobre as armas pequenas. No sul da África, a iniciativa chave do Programa de Ação da Região do Sul da África, endossou formalmente na junta ministerial da União Européia e nos 14 membros da *Southern African Development Community*. O Projeto do Protocolo também está sob consideração, encerrando tais questões relacionadas com a marcação das armas, a troca de informação, corrupção e brokering. Ao contrário do Programa de Ação Regional, o que seria legalmente comprometedor.

A região dos Grandes Lagos e a Região Central da África inicialmente foram lentas na reação ao problema da proliferação das armas pequenas e ao uso indevido, apesar dos impactos severos na região. Uma recente descoberta foi a Declaração de Nairóbi, assinada em março de 2000. O progresso é significativo também no nível operacional, ao passo que a polícia da região começa a cooperar sobre o comércio ilícito. Esforços para criar uma proposta comum africana para enfrentar o problema das armas pequenas têm sido empreendidos dentro da Organização da Unidade Africana, através da Declaração Bamako, adotada em dezembro de 2000. Isso realça a necessidade para ações de países fornecedores, mas reconhece que a procura também é um problema e deixa a implementação na responsabilidade dos governos.

O Sul da Ásia e o Oriente Médio permanecem inertes na questão das armas pequenas. A Associação das Nações do Sudeste da Ásia mostra alguma espontaneidade em discutir o problema das armas pequenas, mas a relutância severa à interferência externa em questões internas limitou o âmbito dessas iniciativas. Por



© Associated Press/Amr Nabil

**As Américas tem tido um papel pioneiro na luta contra a proliferação das armas.**

**As evidências das violações da moratória de alguns Estados da África Ocidental estão aumentando, notavelmente em relação ao conflito em Serra Leoa.**

***O Código de Conduta da União Européia foi bem aceito como o primeiro passo importante para o desenvolvimento de controles responsáveis no comércio europeu de armas.***

enquanto, somente esses aspectos de armas pequenas relacionados ao crime transnacional têm sido considerados. O progresso foi maior entre as Ilhas do Pacífico.

Na Europa, a União Européia tem trabalhado nas questões de armas pequenas desde junho de 1997, quando aprovou um programa sobre o comércio ilícito. Ainda que esse programa tenha lidado exclusivamente com o comércio ilícito, o Código de Conduta sobre as Exportações de Armas da União Européia de 1998 foi dirigido às transferências legais, com ênfase nos aspectos de direitos humanos. A falta de transparência, contudo, torna difícil avaliar a implementação. Uma ação conjunta da União Européia, aprovada no final de 1998, trata especificamente da redução dos acúmulos de armas pequenas que causam instabilidade. A implementação até agora se concentrou só em alguns países, incluindo Albânia e Camboja.

As instituições transatlânticas também começaram a reconhecer a importância da questão, especialmente desde a crise da Albânia, em 1997, e a Guerra do Kosovo, em 1999. O Conselho de Parceria Euro-Atlântica da OTAN realça a administração de estoque e o controle de armas pequenas no contexto das missões de paz. Em novembro de 2000, a OSCE adotou um documento sobre as armas pequenas e armas leves, que incluem medidas que têm como alvo as questões de oferta, administração de estoque, prevenção de conflito, e reabilitação pós-conflito.

A atividade da ONU foi originada de duas direções. Sob o patrocínio da Comissão contra o Crime da ONU, o trabalho começou em 1999 sob o compromisso legal de estabelecer o Protocolo das Armas de Fogo. Baseado na Convenção da OEA, esse instrumento busca “prevenir, combater e erradicar” as armas de fogo ilícitas através do desenvolvimento de padrões internacionais em certas áreas. O outro lado da atividade da ONU gerou uma série de relatórios e estudos de especialistas, assim como a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Leves em todos os seus Aspectos, que se encontra em Nova York desde julho de 2001.

***Há um intercâmbio importante ocorrendo entre as várias medidas e iniciativas lançadas nos últimos anos.***

Enquanto a atividade multilateral sobre as armas pequenas acelerou o seu avanço na Conferência da ONU, a implementação atrasou, tornando difícil analisar o que funciona melhor. Avaliação preliminar revela a importância de: 1) mecanismos de implementação práticos destinados a colaborar com aqueles agentes que serão responsáveis pela implantação; 2) tratar de complementos nos recursos humanos e financeiros que previnam que países implementem integralmente as medidas sobre as pequenas armas; 3) compromisso político uniforme e condições de paz e estabilidade em regiões pertinentes.

A atividade multilateral sobre as questões de armas pequenas com seus diferentes níveis, atores, e propostas, está claramente na sua infância. Ainda há muito a se fazer. Porém, como ilustrado ao longo deste capítulo, um progresso significativo já foi alcançado.

***[www.smallarmssurvey.org](http://www.smallarmssurvey.org)***